

Parque Tecnológico Capital Digital começa a virar realidade e, até 2014, deve estar concluído. Para evitar especulação, nenhuma das empresas terá a posse dos terrenos ocupados

Cidade Digital sai do papel, após 12 anos

» LUIZ CALCAGNO

O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, assinou, na manhã de ontem, um decreto que define o funcionamento do Parque Tecnológico Capital Digital (PTCD). Também conhecido como Cidade Digital, o polo científico ficará sob responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia. A intenção é trazer empresas estrangeiras para a região, incrementando o desenvolvimento econômico e tecnológico do DF. Até 2014, o governo espera que o parque esteja em pleno funcionamento, com 80 mil novos empregos criados, e que o projeto eleve o faturamento no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 5 bi.

A área destinada ao polo deverá sediar essas empresas, escolas técnicas de nível médio e superior, laboratórios e o Complexo Datacenter BB-Caixa, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF). O complexo já está em construção, tendo recebido um investimento de R\$ 4 bilhões. As empresas receberão incentivos fiscais. Com projeto elaborado há quase 12 anos (veja Memória), o polo, segundo espera o GDF, deverá atrair, até 2014, 10 empresas de relevância internacional. Segundo o governo, grupos de informática, como a Microsoft, a Intel e a Oracle, já teriam demonstrado interesse.

Para garantir que a finalidade seja cumprida, o GDF transformou o parque em uma sociedade entre a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), dona do terreno; o governo, a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Católica de Brasília (UCB). Investidores do setor privado serão definidos após um processo de licitação previsto para o período de 15 de maio a 21 de junho. Além disso, as empresas que se instalarem no parque não terão posse da terra: alugarão o terreno. Foi a forma que o GDF encontrou para impedir que o PTCD vire alvo de especulação imobiliária.

Memória

1999

Em junho, o Clube dos Jovens Empresários de Brasília começou a elaborar o projeto do Parque Tecnológico Capital Digital (PTCD).

2000

O projeto ganha adesão, entre outros órgãos, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF.

2001

A Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) elabora um documento com um alinhamento estratégico da indústria da informação. O texto foi entregue ao GDF e defendia a implementação do polo. Granja do Torto e Riacho Fundo foram cogitados como locais para a implementação da cidade digital.

2002

Em dezembro, o parque é criado por lei.

2004

Em abril daquele ano, o governo faz os estudos jurídicos sobre formas de incentivar o ingresso de empresas no polo.

2009

Em outubro, a área do polo, próxima à Granja do Torto, é registrada em cartório. Nesse mesmo período, entretanto, com a crise política desencadeada pela Operação Caixa de Pandora da Polícia Federal, o projeto sofre mais um adiamento.

2010

Anúncio da primeira obra do projeto, o Complexo Datacenter do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF).

2011

O governador Agnelo Queiroz assina o decreto que permite a execução do projeto com previsão de término em 2014, 15 anos após sua concepção.

A expectativa é que as etapas burocráticas da implantação se encerrem na metade do ano, após a licitação. Segundo Agnelo, o prazo significará "uma mudança de paradigma, de modelo de desenvolvimento econômico", e é curto. "Quase todas as secretarias estão envolvidas no projeto. Já partimos para a implantação propriamente dita. Vamos discutir e debater com o governo federal e com a sociedade para dar segurança jurídica e condições atrativas para as empresas. Temos um calendário. Vamos cumprir todas as etapas internas de preparação até o meio do ano", declarou.

Falta de iniciativa

Questionado sobre o motivo da demora na implantação da Cidade Digital, o governador voltou a criticar as gestões anteriores. Segundo Agnelo, o PTCD só saiu do papel porque seu governo está comprometido com a população. "O parque não foi implementado ainda por decisão política e por falta de opção pelo interesse público e da cidade. Quando pensamos no interesse público, não tínhamos dúvida que o parque vai andar. Faltou vontade política. Agora, por exemplo, a Terracap deixará de ser apenas uma companhia imobiliária para se tornar uma agência de desenvolvimento", completou o governador.

Na visão do secretário da Secretaria Ciência e Tecnologia, Gastão Ramos, o longo tempo demandado para o desenvolvimento do projeto vai permitir ao governo ter segurança na implementação. Ramos explicou que o modelo de parque digital funcionando como sociedade não é inovador no Brasil. "Em Santa Catarina, eles já desenvolveram projetos de sociedade com propósito específico. Além disso, já temos prospecções feitas em viagens do setor produtivo para o exterior com o ex-presidente Lula. Já temos alguns investidores fora do país interessados", garantiu.